

Reflexões sobre o transfeminismo: um movimento de travestis, mulheres e homens transgêneros

Celiomar Porfírio Ramos¹
Universidade do Estado do Amazonas

Luis Antônio Bitante Fernandes²
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo, de caráter teórico-bibliográfico com abordagem qualitativa, propõe uma análise crítica do transfeminismo como movimento plural e em constante constituição. Busca desvelar como o ciberativismo impulsionou a emergência e a propagação de pautas de travestis, mulheres e homens transgêneros, desafiando o silêncio histórico e a matriz colonial de poder, saber e ser. Argumenta-se que, além de combater violências, o transfeminismo se posiciona ativamente na reestruturação social para além da lógica de uma "diversidade sem distribuição" imposta pelo neoliberalismo progressista. O estudo evidencia como o movimento desmantela a neocolonialidade identitária, construindo uma sociedade onde identidades dissidentes floresçam em sua potência descolonial, superando as opressões históricas e forjando epistemologias transcêntricas.

Palavras-chave: transfeminismo; ciberativismo; colonialidade; neoliberalismo progressista; neocolonialidade identitária.

¹ Doutor em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Pesquisador Visitante da Universidade do Estado do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes.

² Doutor em Sociologia. Docente no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus do Araguaia, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gênero, Identidades e Sexualidades (GIS). Pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais das Diferenças (LEX/UFG).

Reflections on transfeminism: a movement of transvestites, transgender women and men

Abstract: This article, theoretical-bibliographical in nature with a qualitative approach, proposes a critical analysis of transfeminism as a plural and constantly evolving movement. It seeks to unveil how cyberactivism propelled the emergence and propagation of agendas for transvestites, transgender women, and transgender men, challenging historical silence and the colonial matrix of power, knowledge, and being. It is argued that, in addition to combating violence, transfeminism actively positions itself in social restructuring beyond the logic of "diversity without distribution" imposed by progressive neoliberalism. The study demonstrates how the movement dismantles identitarian neocoloniality, building a society where dissident identities flourish in their decolonial potential, overcoming historical oppressions and forging trans-centered epistemologies.

Keywords: transfeminism; cyberactivism; coloniality; progressive neoliberalism; identitarian neocoloniality.

Reflexiones sobre el transfeminismo: un movimiento de travestis, mujeres y hombres transgénero

Resumen: Este artículo, de carácter teórico-bibliográfico con enfoque cualitativo, propone un análisis crítico del transfeminismo como un movimiento plural y en constante constitución. Busca desvelar cómo el ciberactivismo impulsó la emergencia y propagación de las agendas de travestis, mujeres transgénero y hombres transgénero, desafiando el silencio histórico y la matriz colonial de poder, saber y ser. Se argumenta que, además de combatir violencias, el transfeminismo se posiciona activamente en la reestructuración social más allá de la lógica de una "diversidad sin distribución" impuesta por el neoliberalismo progresista. El estudio evidencia cómo el movimiento desmantela la neocolonialidad identitaria, construyendo una sociedad donde las identidades disidentes florezcan en su potencia descolonial, superando las opresiones históricas y forjando epistemologías transcéntricas.

Palabras clave: transfeminismo; ciberactivismo; colonialidad; neoliberalismo progresista; neocolonialidad identitaria.

Nas últimas décadas do século XX, é possível observar o surgimento e a consolidação de alguns movimentos sociais que se empenharam em questionar e, em muitos casos, subverter as normas sociais. O movimento negro e os feminismos podem ser tomados como exemplo, ao apontarem e questionarem algumas desigualdades, dentre elas as raciais, sexuais e a de gênero. A relevância de tais movimentos sociopolíticos é inquestionável. Embora eles representem um avanço significativo, faz-se necessário reconhecer que eles ainda apresentam lacunas, dentre elas apontamos como exemplo a não inclusão das travestis, mulheres e homens trans no debate.

Considerando a ausência de espaço nos movimentos sociais, esse grupo empenhou-se em construir epistemologias próprias e um movimento que acolhesse demandas específicas dessa parcela da população, denominado transfeminismos.

Diante do exposto, ressaltamos que o objetivo deste texto é refletir sobre as contribuições do transfeminismo na elaboração de epistemologias transcêntricas. Para contemplar tal objetivo, evidenciamos alguns pontos, a saber: 1) a emergência do transfeminismo no contexto brasileiro - país que mais mata travestis e pessoas trans; 2) o ciberativismo e o seu papel na propagação das pautas transfeministas; e, por fim, 3) algumas reflexões sobre as transmasculinidades em diálogo com o transfeminismo.

As reflexões apresentadas neste texto são relevantes, à medida que evidenciam um tema ainda pouco debatido. Contudo, não se limitam a isso. Entendemos que elas contribuem para que reconheçamos as múltiplas experiências de identidade gênero, para além da cisgeneridade e as pautas do movimento transfeminista, trazendo, portanto, para o centro do debate acadêmico um grupo social que foi historicamente marginalizado e silenciado.

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa e bibliográfica. Buscamos fundamentá-la a partir de um referencial teórico predominantemente construído por autoras e autores trans, especialmente os brasileiros. Outro ponto relevante é o fato de que o debate aqui proposto se pautou na vertente interseccional, pois entendemos que a identidade de gênero é apenas um dos marcadores sociais da diferença; logo, é preciso considerar outros, tais como a raça, classe e sexualidade, para que possamos desenvolver uma leitura mais coerente.

Para desenvolver essa análise, este artigo está estruturado em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais, a saber: 1) Considerações sobre o silêncio histórico dos movimentos ditos hegemônicos; 2) Do ciberativismo à constituição das pautas transfeministas e transmasculinas; e 3) Do transfeminismo às transmasculinidades.

Considerações sobre o silêncio histórico dos movimentos ditos hegemônicos

O silêncio de alguns movimentos diante da situação das travestis, mulheres e homens transgêneros é um fenômeno que demanda atenção. Se pensarmos, por exemplo, nos dois movimentos mencionados na parte introdutória deste texto, o negro e os feminismos, infere-se que será difícil concluir que o movimento negro, por um longo período, concentrou-se em tratar apenas a questão racial. Enquanto isso, os feminismos, sobretudo os relacionados à primeira e à segunda onda, colocaram no centro do debate as demandas das mulheres cisgêneras brancas.

Tais apontamentos, em momento algum, têm como objetivo desacreditar os movimentos em questão. Trata-se, na realidade, de reconhecer que eles foram e, por vezes, ainda são omissos e, além disso, direcionar nosso olhar para a necessidade de movimentos específicos que atendam às demandas de determinados grupos sociais marginalizados. Isto posto, é preciso pensar em estratégias para preencher as lacunas existentes nas organizações sociopolíticas e; talvez uma delas seja a estruturação de epistemologias que atendam aquelas/aqueles que estão à margem.

As estratégias em questão devem ir além da criação de novos termos. Trata-se de assumir um compromisso social e político com as demandas específicas desses grupos. Isso se evidencia, por exemplo, no feminismo negro, “um segmento protagonizado por mulheres negras, promovendo e trazendo visibilidade às suas pautas e por reivindicação dos seus direitos” (GOIS *et al.*, 2021: 262).

Mencionar o Feminismo Negro como uma amostra não é, de modo algum, um gesto descompromissado. Ainda que reconheçamos as “falhas” existentes no movimento – uma vez que, num primeiro momento, não incluiu as travestis e mulheres transgêneras no debate –, a perspectiva interseccional construída no e pelo movimento³ contribuiu de forma significativa para a estruturação do feminismo transgênero, ou transfeminismo.

De acordo com uma das pesquisadoras que tem se dedicado a pensar o transfeminismo no Brasil, Jaqueline Gomes de Jesus (2018: 16), em seu texto *Feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista*:

o Transfeminismo é uma linha de pensamento e ação feminista em construção, na prática uma literatura de fronteira (JESUS, 2014b), fortemente baseada na *internet* e herdeira, principalmente, das contribuições teórico-práticas do Feminismo negro, no que concerne ao princípio da interseccionalidade, à não-hierarquia de opressões, ao empoderamento das falas das pessoas historicamente oprimidas e ao questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas.

A fim de exemplificar as contribuições do feminismo negro para o transfeminismo, Jesus (2013) aponta alguns princípios daquele movimento que foram fundamentais à constituição deste. Dentre eles, a pesquisadora destaca: (1) a interseccionalidade; (2) a não hierarquia de opressões; (3) o empoderamento das falas das pessoas historicamente oprimidas; (4) o questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas.

Em outros termos, com o feminismo negro, o movimento Transfeminista aprendeu que é preciso considerar todos os marcadores sociais das diferenças, sem que eles sejam postos em escala de maior ou menor relevância. Além disso,

³ É preciso informar que o termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw. Contudo, antes da estruturação do termo a ideia de interseccionalidade já existia entre as feministas negras.

a importância do subalternizado falar, por fim, coloca em pauta “E eu não sou uma mulher”⁴, desestruturando a concepção de “mulheres” estabelecida por uma parcela da sociedade que, quando faz referência ao termo, destina-o às mulheres cisgêneras brancas, de classe média, desconsiderando aquelas que não se enquadram nesse grupo.

Desse modo, podemos compreender que a contribuição do feminismo negro para a estruturação do transfeminismo é significativa, a ponto de Jesus (2018) defini-lo como um herdeiro. Embora o movimento em questão seja um herdeiro do feminismo negro, é preciso reconhecer que ele é constituído “a partir de um referencial crítico formado por diferentes feminismos” (JESUS, 2013: 1), sendo, contudo, marcadamente estruturado a partir da perspectiva de pessoas transgêneras.

A pesquisadora Letícia Nascimento, que se identifica como uma travesti, negra e gorda, em seu livro *Transfeminismo* (2021: 16), estabelece diálogo com o exposto ao discutir a importância de travestis e mulheres transexuais no feminismo, uma vez que proporciona um outro olhar sobre o feminismo considerado padrão:

Sobre a presença de mulheres transexuais e travestis no feminismo, é importante ressaltar que nós não somos super-heroínas que pretendem salvar o feminismo de possíveis equívocos históricos ou teóricos, que não é nossa intenção fragmentar o feminismo, muito menos a nossa produção pretende desconsiderar a produção existente sobre feminismo. O transfeminismo, entretanto, oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas.

Algumas questões apontadas por Nascimento (2021) merecem um olhar mais atento. Dentre elas destacamos que o transfeminismo não é um movimento que objetiva fragmentar o feminismo. Trazer esse ponto para o debate é, sem dúvidas, muito importante, pois os feminismos de grupos minorizados, como, por exemplo, o feminismo negro foi acusado de ser antifeministas (GONZALÉZ, 2020). Embora essa ideia, às vezes, seja propagada, devemos compreender que a elaboração e a consolidação de outros feminismos para além do dito “hegemônico” é necessária, pois corrobora a apresentação de demandas específicas de determinados grupos.

Não se trata, conforme assegurou González (2020), de invalidar tudo o que foi produzido sobre o feminismo. Contudo, como já apontamos em outros momentos, trata-se da oportunidade de debater as lacunas existentes e lançar um novo olhar sobre o feminismo, que atenda às demandas específicas das travestis e das mulheres transgêneras. Desse modo, o chamado transfeminismo se compromete, entre outros elementos, a “repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gêneros” (NASCIMENTO, 2021: 16).

O feminismo negro já vinha, como mencionado no início do texto, promovendo o movimento de pluralizar as sujeitas do feminismo. No entanto, o transfeminismo amplia a discussão iniciada pelas mulheres racializadas, agregando no debate outros elementos, até então ignorados.

Esses apontamentos levam-nos às reflexões da filósofa negra estadunidense Angela Davis (2017), uma das mais relevantes feministas da contemporaneidade,

⁴ Frase celebre de Sojourner Truth, abolicionista e ativistas dos direitos das mulheres negras americanas.

que ponderou: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (2017, *online*). Partindo desse pressuposto, atrevemo-nos a afirmar que as herdeiras do feminismo negro - as travestis e mulheres transgêneras -, quando se movimentam causam um abalo significativo nas estruturas sociais vigentes: no patriarcado, na cisheteronormatividade, o racismo, o sexismo, entre outros.

Aqui assumimos o risco de adjetivar o abalo, pois entendemos que esse grupo - as travestis e as mulheres transgêneras - desestabiliza as normas basilares que sustentaram e, ainda hoje, sustentam a sociedade pautada na cisgeneridade. É de referir que mencionamos “as normas”, pois reconhecemos a perspectiva interseccional, geralmente, adotada por elas.

Do ciberativismo à constituição das pautas transfeministas e transmasculinas

Esta seção debruça-se sobre o papel seminal do ciberativismo na emergência e consolidação das pautas transfeministas e transmasculinas no Brasil. Argumenta-se que, apesar dos desafios inerentes ao ambiente digital, a internet constituiu-se em um espaço estratégico para a ruptura do silêncio histórico imposto a essas existências, fomentando a articulação de demandas de vozes subalternizadas e o enfrentamento direto à persistência da colonialidade do saber e do ser que as invisibiliza.

Paulo Rodrigues Gajanigo e Rogério Ferreira de Souza, em *Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica* (2014), asseguram que, com o advento da internet, o ciberespaço passou a ser ocupado “por sujeitos heterogêneos e múltiplos, dissonantes e multifacetados, portadores de mecanismos de mobilização também múltiplos, proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação” (GAJANIOGO e SOUZA, 2014: 582). Dentre esses sujeitos, as travestis, mulheres e homens transgêneros têm recorrido a mecanismos de mobilização no ciberespaço que resultam num ciberativismo.

Segundo Lucas Milhomens Fonseca (2009), o ciberativismo refere-se ao uso das tecnologias digitais e de comunicação com o objetivo de mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural. Diante do exposto, podemos compreender que, o movimento transfeminista, que tem como palco central a internet, ao combater as múltiplas formas de violências perpetradas contra as travestis, mulheres e homens trans, pode ser interpretado como uma ação ciberativista.

Quando isso é considerado, devemos compreender que a internet corrobora a construção de conhecimentos transcêntricos e epistemologias transgêneras fora do espaço universitário. Inserir esse elemento no debate nos permite refletir, no mínimo, sobre dois pontos: (1) a resistência por parte da academia, por ser ainda um espaço machista, racista, sexista, cisheteronormativo, em discutir certos temas, especialmente aqueles relacionados a corpos que (não) importam; (2) a falta de oportunidade que as pessoas transgêneras, dados os sistemas opressores supracitados, têm em permanecer na escola básica, por conseguinte, acessar, permanecer e concluir o ensino superior. A internet, apesar de seus inúmeros problemas, torna-se, nesse contexto, um espaço “democrático” ao possibilitar que vozes silenciadas tenham condições, a partir de suas vivências, de elaborar reflexões importantes tal como o transfeminismo.

O ciberativismo, nesse contexto, apresenta-se com inestimável relevância para travestis, mulheres e homens transgêneros, pois contribui de forma significativa para a reunião de grupos transgêneros, rompendo, em certa medida, com

o silêncio imposto e com as representações construídas, mormente, a partir da ótica cisgênera. Ademais, proporcionou a essa parcela da sociedade a oportunidade de falar de si e, muitas vezes, dialogar com aquelas/aqueles que vivenciam a transgeneridade.

Quando defendemos que este grupo se fez ouvir, não adotamos uma percepção ingênua de que travestis, mulheres e homens trans têm se feito ouvir em todos os espaços. À medida que essas pessoas falam e/ou tentam falar, há uma parcela da sociedade que tenta silenciar tais vozes. Angela Davis (2018) publicou o livro *A liberdade é uma luta constante*, cujo título é um tanto emblemático, pois nos faz pensar, partindo deste contexto de discussão, que certamente para as pessoas trans, como aos demais grupos marginalizados, a liberdade é uma luta constante, inclusive a liberdade de permanecerem vivas, para além das expectativas apresentadas por dados; a liberdade e o direito de acesso à saúde; a liberdade e o direito de acesso e permanência na educação; a liberdade e o direito de terem a identidade de gênero respeitada e, além disso, a liberdade de falar e de se fazer ouvir.

Tais considerações nos direcionam à obra *Pode o subalterno falar?* (2010), da crítica e teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak. A obra em questão é relevante, pois nos faz pensar quem é o subalterno. Nos termos da autora, o subalterno é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010: 12). Cabe mencionar que ela aponta que a experiência de marginalidade e subalternidade é vivenciada, sobremaneira, pelo gênero feminino. Ainda que se destine a falar sobre a mulher cisgênera, num outro contexto, concordamos com a autora. No entanto, realizamos a seguinte consideração: essa ideia de marginalidade e subalternidade extrapola as mulheres cisgêneras e, portanto, inclui outros grupos. Dentre eles, podemos mencionar as pessoas *queer/quare*⁵.

Spivak informa, ainda, sobre o processo de silenciamento da “mulher como subalterna, [que] não pode falar, e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010: 15). Reafirmamos que, embora o texto fale sobre mulheres cisgêneras, aqui ampliamos a discussão para outras identidades. No que diz respeito ao excerto, algo nos chama a atenção de forma especial: “mulher como subalterna, não pode falar”. Entendemos as inúmeras tentativas de silenciamento dessa parcela e das demais minorias, contudo, trazemos um questionamento sobre tal assertiva, pois compreendemos que os subalternos sempre estiveram empenhados em uma tentativa constante de falar. Alejandro Reyes Arias, em sua tese intitulada *Voices dos Porões: a literatura periférica do Brasil* (2011), sugere que, talvez, a pergunta formulada no título da obra de Spivak devesse ser reestruturada, pois “a ninguém lhe ocorre se perguntar se o subalterno pode falar. Em vez disso, a pergunta é outra: *se o sujeito privilegiado pode escutar*” (REYES, 2011: IV, grifos nossos).

⁵ Adotar a teoria *quare*, neste estudo, torna-se mais coerente, especialmente diante das críticas estabelecidas por estudiosos à Teoria *queer*, destacando a inobservância das correlações estabelecidas entre diferentes marcadores sociais. Isso porque a Teoria *queer* se dedicou e, por vezes se dedica, a atender, sobremaneira, as demandas “atrelada[s] e demarcada[s]” por valores e preocupações de LGBTs brancos – de homens gays – jovens, de classe média/alta” (MORAIS *et al.*, 2019: 63). Fernando Luís de Moraes *et al.*, no texto *De Queer a Quare: uma aposta interseccional entre gênero, raça, etnia e classe* (2019), compreendem a teoria *quare* como uma ampliação da Teoria *queer*. Nos termos dos autores, a teoria *quare* se constitui como um: “projeto disciplinar intervencionista que amplifica os marcos das dimensões prototípica, analítica e epistemológica dos estudos *queer* com o propósito de incorporar questões enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros racializados” (MORAIS *et al.*, 2019: 61).

No século XXI, por meio do ciberativismo e enfrentando as investidas constantes das “estruturas de poder”, apesar das tentativas de silenciamento, a comunidade transgênera tem rompido as mordanças (im)postas. O transfeminismo é, talvez, a materialização de parte considerável dessa luta.

Isso se torna coerente quando olhamos, por exemplo, para um dos textos considerados pioneiros na constituição do pensamento transfeminista no Brasil: o *Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista* (2005), de Aline de Freitas. Nele, Freitas (2005: 1) ressalta a importância de uma perspectiva transcêntrica e, além disso, apresenta as demandas do movimento.

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos.

O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos.

Freitas (2005) entende o transfeminismo como um movimento legítimo de luta pelo direito universal à autoconstrução - de autodeterminação, autodefinição, autoidentidade, à livre orientação sexual e à expressão de gênero. Outro ponto importante, por ela mencionado, é que não se trata de um movimento exclusivo de pessoas transgêneras. Ele é, na realidade, para todxs que compreendem e lutam por uma sociedade em que todos os gêneros e sexos são reconhecidos como legítimos.

Ainda que o pensamento de Freitas (2005) seja considerado inicial, posto que representa os primeiros passos do movimento transfeminista no Brasil, ele se mostra potente e traz um debate amplo e relevante à comunidade transgênera, sem, contudo, deixar de fora o papel das pessoas cisgêneras.

Agregando ao debate acerca do transfeminismo e de suas características, Jaqueline Gomes de Jesus (2013) adverte que não podemos conceber o transfeminismo como um movimento uniforme, posto que as experiências transgêneras são diversas e estão em diálogo com outros marcadores sociais. Consoante o exposto, no texto *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*, Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2010: 15) apontam a importância da adoção da interseccionalidade - herança do feminismo negro - para o transfeminismo:

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível.

O olhar sensível aos diferentes marcadores sociais que constituem a pessoa, portanto, o reconhecimento das intersecções é um elemento importante do transfeminismo. A teoria *queer* conferiu centralidade ao debate de gênero e, por isso, a teoria *quare*, no contexto em questão, apresenta-se com maior coerência, pois, além de considerar o gênero, não deixa de atentar-se a outros marcadores sociais.

Tais reflexões nos levam à compreensão de que o gênero é relevante quando pensamos nas pessoas transgêneras, mas o debate sobre elas não se encerra nesse elemento. A identidade da travesti, da mulher e do homem trans não se limita à identidade de gênero. Há outros elementos que os constituem, e todos eles devem ser considerados.

Jaqueline Gomes de Jesus (2013) nos propõe olhar para o texto *Introdução ao transfeminismo* (2012), de Hailey Alves, pois nele são apresentados sete pontos indispensáveis à pauta transfeminista: (1) combate à violência cissexista/transfóbica; (2) direitos reprodutivos para todas/todos; (3) autonomia de agenciamento; (4) desconstrução das identidades binárias; (5) Corpo-positividade e/ou empoderamento; (6) Da(s) sexualidade(s) das pessoas trans; (7) Terminologia.

Dada a relevância dos pontos mencionados, buscamos tratar, ainda que de forma sumária, cada um deles. No que diz respeito ao combate à violência cissexista/transfóbica, para iniciar o debate, resgatamos a ideia de Irme Salette Bonamigo (2008) acerca da necessidade de utilizar o termo “violências” no plural. Tal resgate pauta-se na concepção de que a luta do movimento transfeminista tem muitas frentes, englobando diversos aspectos, dentre eles os simbólicos, os psicológicos, os verbais, os físicos e os institucionais.

Ademais, Hailey Alves (2012) propõe que nos atentemos, neste escopo, ao combate a tais violências, ao linguajar que reforça estereótipos negativos atribuídos a esse grupo, bem como à noção patologizante e, também, à luta contra a violência físico-verbal. Não podemos nos esquecer de que o Brasil é o país que mais mata pessoas transgêneras. Desse modo, o combate às violências que marcam a vida e, muitas vezes, culminam em morte, é uma pauta cara ao transfeminismo.

Quando são mencionados os direitos reprodutivos para todas/todos, como uma das pautas do transfeminismo, toca-se em elementos essenciais para a desconstrução das normas de gênero. Isso porque foi instituído socio-historicamente que a gestação é inerente exclusivamente às mulheres cisgêneras. Hailey Alves (2012), ao defender os direitos reprodutivos para todas/todos, considera pessoas que menstruam como mães e pais em potencial. Isto posto, a gravidez de homens transgêneros torna-se legítima.

Ao abordar os direitos reprodutivos, a estudiosa não se limita a falar do direito à maternidade/paternidade e à gestação. Ela nos direciona a pensar, também, sobre a autorização legal do aborto seguro. Não podemos perder de vista que estamos num contexto em que o machismo extremo faz vítimas de violências sexuais as mulheres cisgêneras e aquelas/aqueles que destoam das normas - homossexuais, lésbicas, transexuais ou bissexuais. As pessoas que menstruam e que estão fora da norma podem ser vítimas de estupros corretivos⁶ e, como resultado de tal violência, correm risco de engravidar. Isto posto, entendemos que a interrupção da gravidez de forma segura deve ser garantida. Embora tenhamos trazido esse exemplo, registramos que o direito de levar adiante a gestação ou de interrompê-la de forma segura, independe de o fato de a gestação ser resultado de violências.

A autonomia de agenciamento é outro fator indispensável à pauta transfeminista. É preciso ter em mente que as travestis e pessoas transgêneras foram e, por vezes, ainda são, consideradas sem agência, ou seja, incapazes de tomar decisões;

⁶ Rogério Greco (2020) compreende que o estupro corretivo é uma violência sexual praticada com o intuito de controlar o comportamento social e/ou sexual de determinada pessoa, ensejando de corrigir o comportamento que o agressor considera inadequado.

isso por não atenderem às expectativas sociais. Essa não agência se estrutura a partir dos discursos psiquiatrizadores e patologizantes da transgeneridade. Isto posto, a autonomia de agenciamento se torna essencial na medida em que favorece “para que essas pessoas possam vivenciar sua(s) identidade(s) de forma plena” (ALVES, 2012, online).

O movimento transfeminista não rechaça o binarismo. Ao contrário, reconhece tais identidades de forma legítima. No entanto, quando Hailey Alves defende, como um dos fatores relevantes do movimento, as desconstruções das identidades binárias, pressupõe o respeito “as pessoas, transgênero ou cisgênero, que se enquadram no binarismo homem x mulher, sem excluir aquelas que não se enquadram nesse modelo” (JESUS, 2013: 06).

Outro ponto importante, no bojo dessa discussão, refere-se ao corpo-positividade e/ou empoderamento. Trata-se do empenho do movimento em valorizar os corpos transgêneros, ao passo que combate a estigmatização. Dentre os fatores que se destacam nessa discussão, Hailey Alves reflete sobre o binarismo dos corpos e as implicações na autoaceitação das pessoas transgêneras, que são levadas a acreditar que suas vidas serão melhores apenas após a cirurgia de afirmação de gênero:

principalmente por um bem estar social e jurídico (mudança dos documentos). No entanto, criticamos que esse “bem estar” só existe para aquelas que conseguem “passar” como cisgêneras e além disso se existe um “bem estar” ele só existe porque nos condicionamos a norma. (ALVES, 2012: *online*)

Este ponto é muito sensível, pois nos direciona a pensar sobre a tentativa constante de controle dos corpos transgêneros. Primeiro, aponta-se a cirurgia de afirmação de gênero, tendo como justificativa o “bem estar social e jurídico”. Contudo, Hailey Alves (2012) estabelece uma crítica a essa ideologia, pois compreende que o que está em voga, de fato, não é o “bem-estar” dessas pessoas. Trata-se de um empenho em controlar esses corpos e condicioná-los às normas, pautando-se na passabilidade das pessoas trans.

Devemos ter em mente que a cirurgia de afirmação de gênero deve ser uma escolha da pessoa transgênera. Tal decisão não pode ser pautada de “forma ‘passiva’ (ideologicamente) a acreditar que suas vidas serão melhores após a CRS” (ALVES, 2012: *online*). Frente ao exposto, compreendemos que a busca do movimento transfeminista tem como uma de suas pautas a defesa da “autonomia dos sujeitos trans acerca de suas próprias narrativas identitárias e de suas possibilidades de gestão de seus corpos – podendo incluir modificações corporais como uso de reposição hormonal e cirurgias” (BAGAGLI, 2016: 90).

Ligada à defesa da autonomia dos sujeitos trans está o empoderamento deste grupo. Considerando as contribuições que o feminismo Negro tem contribuído para o transfeminismo, valemo-nos das ponderações de Joice Berth na obra *O que é empoderamento* (2018). Empoderar, portanto, não é “retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, e sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2018: 10).

Deve-se enfatizar que esse processo de empoderamento não ocorre, segundo a perspectiva de Berth, apenas no âmbito individual, ainda que ela o reconheça como essencial. Tal concepção se aplica especialmente se compreendermos que os movimentos feministas, inclusive o transfeminismo, expõe demandas coleti-

vas. Isto posto, podemos inferir que o ato de empoderamento pressupõe mudanças individuais e coletivas, pois estamos lidando com um processo que se retroalimenta permanentemente, como afirma Joice Berth:

se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravante. (BERTH, 2018: 21)

Berth não se limita a tratar do processo de empoderamento e da retroalimentação mútua e contínua de indivíduos empoderados que formam uma coletividade empoderada e vice-versa. Ela aborda, ainda, o impacto positivo que tal processo poderá promover: “indivíduos com alto grau de recuperação da consciência de seu eu social”. Diante disso, podemos conceber a importância do empoderamento da população transgênera, pois possibilitará a recuperação da consciência que foi e, por vezes ainda é, roubada, quando os modernos aparatos coloniais que organizam a sociedade, de forma recorrente, outorgam a tais pessoas a abjeção.

Além do corpo-positividade e/ou empoderamento, há outro ponto, segundo Hailey Alves (2012), que deve estar presente nos debates transfeministas: a(s) sexualidade(s) das pessoas trans. Trata-se de uma defesa/estímulo à vivência da sexualidade, seja ela qual for. Essa defesa se torna necessária, pois a sexualidade das pessoas transgêneras, ou melhor, as “verdadeiras” pessoas trans, segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, eram consideradas assexuadas, portanto, não dispunham de desejos relacionados aos órgãos genitais. O desejo por relações sexuais só se materializaria após a cirurgia de redesignação sexual.

O objetivo de Hailey Alves (2012) não é negar que existam pessoas transgêneras que se encaixam no perfil apresentado, mas advertir-nos de que há uma parcela de pessoas trans que se sente à vontade em exercer a sexualidade. Considerando que há essa parcela, o transfeminismo encoraja a vivência “para a plena integração social (e sexual) das pessoas trans; afinal, temos desejos e queremos ser desejadxs, somos homo, bi, hetero, pan e afins. Nossa sexualidade existe e não pode ser anulada por qualquer discurso” (ALVES, 2012: *online*).

Por fim, o último fator indispensável à pauta transfeminista é, segundo Hailey Alves, a terminologia, que tem dois pontos elementares, sendo: o primeiro, o combate aos termos que essencializam e/ou biologizam as identidades transgêneras; e o segundo, diz respeito à invisibilização das identidades transgêneras⁷. Acreditamos que cabe incluir neste rol a ressignificação dos termos que foram, por um longo período, proferidos com teor depreciativo.

Entendemos que os pontos elencados são essenciais, pois assumem um viés de contradiscurso ao “propor uma nova interpretação para a relação entre corpo-sexualidade-gênero e irão estabelecer uma forte disputa com o *mainstream*” (BENTO, 2014: 46 – grifos da autora). Considerando o exposto, podemos compreender que o transfeminismo, como um contradiscurso, corrobora para a desestruturação dos discursos hegemônicos que patologizam as pessoas transgêne-

⁷ Um dos exemplos que podemos apontar diz respeito às violências perpetradas contra pessoas transgêneras que, geralmente, são nomeadas de homofobia. Ainda que o termo faça referência a uma série de atitudes negativas, discriminatórias e/ou preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAP+, entendemos que é necessário usar o termo transfobia. Usar um termo genérico tende a contribuir com a invisibilização de determinados grupos.

ras; combate as múltiplas violências perpetradas contra esse grupo; luta por direitos; descredibiliza o viés binário atribuído às identidades e, além disso, trabalha em prol do empoderamento do grupo.

Do transfeminismo às transmasculinidades

O transfeminismo é um movimento plural que abarca não apenas as identidades femininas dissidentes, como travestis e mulheres transgêneras, mas também as pautas e vivências das transmasculinidades. É nesse sentido que a urgência do debate proposto por Leonardo Morjan Britto Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Alencar Monteiro (2023: 90) se torna relevante. Em “Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros”, os autores buscam:

oferecer análises críticas, a partir da perspectiva transfeminista, a usos do feminismo que marginalizem e violentem vivências e experiências transmasculinas a partir de biologização ou genitalização de seus corpos decorrentes de concepções sexistas, tomando-se o transfeminismo como uma abordagem que pode ser aplicada às transmasculinidades.

Essa análise crítica é fundamental, pois, embora o transfeminismo possa ser aplicado às transmasculinidades, ainda existe a percepção de que o feminismo se destina estritamente a mulheres cisgêneras e o transfeminismo, por sua vez, apenas a travestis e mulheres transgêneras. A agenda transmasculina, embora não exaustiva, inclui pontos como: "gestação paterna, interseccionalidade, aborto transmasculino, paternidade trans, saúde obstétrica transmasculina, legalização do aborto" (PEÇANHA, JESUS e MONTEIRO, 2023: 92), ampliando o escopo da luta transfeminista.

A discussão sobre a gestação paterna e a saúde obstétrica transmasculina é particularmente relevante, pois desafia a atribuição social e histórica da gestação exclusivamente a mulheres cisgêneras. O silêncio sobre essa discussão reflete a ausência de políticas públicas e de capacitação profissional, mesmo diante de instrumentos legais como a Portaria N^o 1820 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), que garante o direito ao atendimento humanizado e livre de discriminação por identidade de gênero. A não efetivação dessas normativas revela a persistência da necropolítica institucional (MBEMBE, 2018) em suas manifestações cotidianas, que nega o acesso à saúde, à educação, ao emprego e à cidadania para a população trans, e aprofunda a invisibilidade das transmasculinidades dentro da lógica da colonialidade do poder, que busca determinar quais vidas são dignas de cuidado e reprodução.

Consoante Rodriguez e Quadrado (2021), em *Corpos trans: longe de serem corpos doces*, os estudos de Michel Foucault sobre o poder disciplinar e o biopoder revelam como esses mecanismos atuam nos corpos trans. Além de buscar disciplinar esses corpos para a instauração dos moldes cisheteronormativos, o biopoder se manifesta através de práticas que visam censurar, controlar e, em última instância, levar à compreensão de que sujeitos trans são indignos do direito à vida. Essa biopolítica da abjeção atua em consonância com a necropolítica, pois gerencia a vida e a morte de populações, marginalizando e eliminando aqueles que não se conformam. Nesse contexto, o transfeminismo se posiciona como uma ferramenta essencial de combate à abjeção dos corpos transgêneros, agregando as demandas de toda a comunidade trans – travestis, mulheres trans e homens

trans – e reconhecendo sua pluralidade, rompendo com o silenciamento imposto por essas estruturas de poder.

No Brasil do século XXI, pesquisadoras e pesquisadores travestis, mulheres e homens trans têm desafiado esses sistemas, ocupando espaços acadêmicos e posicionando-se como "intelectuais orgânicos insubmissos" (adaptado de Gramsci) diante das epistemologias pautadas pela cisgeneridade branca e cristã. Nomes como Luma Nogueira de Andrade (2012), Jaqueline Gomes de Jesus (2013), Letícia Carolina Nascimento (2021), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), Maria Zanela, Sara Wagner York (2020), Adriana Barbosa Sales (2018) e Jaqueline Angelo dos Santos Denardin (2023) – para citar as travestis e mulheres trans – têm contribuído significativamente para a construção de novas epistemologias, nas quais os corpos desviantes não sejam marginalizados, atuando como um ciberativismo acadêmico que desfaz a colonialidade do saber e promovendo a reexistência de suas narrativas e conhecimentos.

Entre os homens transgêneros, João Walter Nery (2011, 2019) destaca-se como pioneiro, ativista e intelectual, conferindo centralidade a questões como a velhice trans e a invisibilização da transmasculinidade, sendo reconhecido com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Tal reconhecimento, póstumo, é um ato de reexistência contra o apagamento imposto pela transnecropolítica, que busca apagar a história e as contribuições de sujeitos trans. Vicente Tchalian (2021) é outro pesquisador relevante, que tem explorado as construções das masculinidades trans em Mato Grosso, preenchendo uma lacuna significativa nos estudos de transgeneridade e contribuindo para uma epistemologia transcêntrica, que se opõe ao silêncio histórico e à colonialidade de gênero.

Apesar do “apagão de dados” sobre o ingresso e a permanência de pessoas trans no ensino superior (JORNAL EXTRA CLASSE, 2022), esses exemplos evidenciam a importância do acesso à educação e de políticas públicas que auxiliem na permanência dessa população. Para além de um direito básico, a inserção desses indivíduos na academia possibilita a construção de outras histórias, a elaboração de novas epistemologias e a colocação em pauta de questões inerentes às vivências trans, muitas vezes ignoradas pela cisgeneridade. Isso representa um enfrentamento direto à colonialidade do saber e à colonialidade do ser, pois o conhecimento produzido por e sobre corpos trans desafia as hierarquias e visibiliza existências que foram sistematicamente marginalizadas e silenciadas.

Gradativamente, a população trans tem conquistado espaço nos debates, tanto fora da academia – por meio das redes sociais e do ciberativismo – quanto dentro dela. Desse modo, o processo de tornar audíveis outras histórias, para além daquelas impostas pelos sistemas opressores, está em curso. O projeto de “implodir os sistemas opressores” (RAMOS, 2024), agora, ocorre dentro e fora da academia, por meio de pesquisas *queer*, *quare*, transviadas, travestis e transgêneras, aquedando as fraturas da cisheteronormatividade colonial e forjando um caminho para a reexistência.

Considerações finais

Este artigo demonstrou que o transfeminismo é um movimento em constante constituição, caracterizado por sua pluralidade e por demandas específicas de travestis, mulheres e homens trans. Sua emergência e desenvolvimento exigem, portanto, maior atenção acadêmica e a sistematização de suas contribuições.

A discussão percorrida destacou o papel seminal do ciberativismo na propagação das pautas transfeministas e a potência intrínseca desse movimento. Rompendo com uma visão simplista, que equipara o feminismo às mulheres cisgêneras e o transfeminismo exclusivamente às travestis e mulheres trans, este estudo reforça que os feminismos, em sua concepção mais ampla e inclusiva, devem acolher todas as identidades femininas, independentemente de sua identidade de gênero.

No entanto, a compreensão do senso comum mostra-se limitada, pois o transfeminismo extrapola a abrangência das identidades femininas para acolher as demandas específicas de homens trans. A inclusão de pautas como a gestação masculina, o direito ao aborto transmasculino e a saúde obstétrica, entre outros aspectos interseccionais, evidencia que o transfeminismo luta pelos direitos de travestis, mulheres trans e homens trans, independentemente de sua identificação com identidades femininas ou masculinas.

Em síntese, este artigo demonstrou que o transfeminismo transcende a mera denúncia e o combate às violências sofridas por travestis, mulheres e homens trans. Ao contrário, ele se constitui como uma força propositiva, engajada na reestruturação profunda da sociedade, para além da lógica de uma “diversidade sem distribuição” imposta pelo neoliberalismo progressista. O movimento empenha-se em dismantlar a neocolonialidade identitária, construindo uma sociedade onde as identidades dissidentes não apenas sejam respeitadas, mas possam florescer em sua plena potência descolonial, superando as matrizes de poder, saber e ser que historicamente oprimem.

*Recebido em 16 de agosto de 2024.
Aprovado em 29 de agosto de 2025.*

Referências

- ALVES, Hailey. Introdução ao transfeminismo: Uma breve introdução, 2012.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, 1 (5): 87-100, 2016.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 4 (1): 165, 2014.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BONAMIGO, Irme Salette. Violências e contemporaneidade. *Katálysis*, 11: 204-13, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1820/ GM, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre a os direitos e deveres dos usuários de saúde*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 ago. 2009, Seção 1, p. 80.

CAVALCANTI, Amanda. Reforçar a visibilidade é uma estratégia de sobrevivência. *Revista Cult*. 29 de jan. 2020.

CRENSHAW, Kimberle W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004

DAVIS, Angela. Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Entrevista concedida a *El País Brasil*, jul. 2017.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2018.

DERNADIN, Jaqueline Angelo dos Santos. “O corpo define ela como mulher!” *Uma análise discursiva de entrevistas com homens cis heterossexuais e travestis e mulheres transexuais*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

FONSECA, Lucas Milhomens. *Ciberativismo e MST: o debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London/New York: Verso, 2013.

FRASER, Nancy; BROWNE, Susan. The End of Progressive Neoliberalism? *The American Prospect*, 2017.

FREITAS, Aline de. Ensaio de construção do pensamento transfeminista. *Mídia Independente*, dezembro, 2005.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira de. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. *Caderno CRH*, 27: 577-592, 2014.

GOIS, Viviane Mota de et al. A importância do movimento de mulheres negras e suas principais conquistas e desafios na atualidade. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais (UNIT-SERGIPE)*, 6 (3): 261-269, 2021.

GONZALES, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GRECO, Rogério. *Código Penal: comentado*. Niterói: Impetus, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *Anais do Fazendo Gênero*, 10: 1-10, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. *REBEH-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 1 (1), 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11 (2), 2010.

JUSTI, Adriana. Após vida marcada por preconceito, travesti negra conquista título de doutora na UFPR: tese de Megg Rayara de Oliveira foi baseada na própria trajetória de vida e de outros quatro professores negros homossexuais. *G1 PR*. Curitiba, 18 abr. 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAIS, Fernando Luís de et al. De queer a quare: uma aposta interseccional entre gênero, raça, etnia e classe. *Itinerários, Revista de Literatura*, 48: 61-76, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W. *Velhice transviada: memórias e reflexões*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2012.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; MONTEIRO, Anne Alencar; DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 6 (19): 90-104, 2023.

RAMOS, Celiomar Porfírio. *Corpos que (não) importam: o acesso e a permanência de travestis, mulheres e homens transgêneros na UFMT*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

RASER, Nancy. *Capitalism: A Conversation in Critical Theory*. London; New York: Verso, 2020.

REYES ARIAS, Alejandro. *Vozes dos porões: a literatura periférica do Brasil*. Tese de Doutorado, UC Berkeley, 2011.

RODRIGUEZ, Shay de Los Santos; QUADRADO, Raquel Pereira. Corpos Trans: longe de serem corpos doces. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 14 (44): 410-33, 2021.

SALES, Adriana Barbosa. Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SALES, Adriana. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

TCHALIAN, Vicente. *Estéticas da renúncia à cisgeneridade: narrativas de estilização transmasculina no Centro-Oeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

YORK, Sara Wagner. Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des (a) fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. Dissertação (Mestrado em Educação), UERJ, 2020.